

## **Vulnerabilidade social e mudanças na estrutura etária: uma abordagem sobre a distribuição de equipamentos públicos na cidade de Rio Claro – SP- Brasil.**

\*Camila Canuto Dias de Mello

\*\* Roberto Braga

### **Resumo**

Estudos sobre vulnerabilidade social convergem na preocupação com as carências das populações que estão susceptíveis a riscos potenciais tais como a pobreza e desfiliação social. Considera-se que o acesso aos equipamentos comunitários de Saúde (hospitais públicos, postos de pronto atendimento, ambulatórios) e educação, (escolas, creches) cultura e lazer interfere no grau de vulnerabilidade e de qualidade de vida da população e que, portanto sua localização deve ser planejada de forma a minimizar as desigualdades sociais e espaciais nas cidades. A luz das mudanças na estrutura etária brasileira, aprofundadas sobretudo pela queda dos níveis da fecundidade, implica em um primeiro momento numa maior participação de pessoas em idade ativa (15 a 64 anos). Assim vivemos um período denominado “janela de oportunidades” que implica em grandes desafios e só será de fato significativa desde que haja também uma estrutura de oportunidades oriundas do Estado e dos setores privados para que haja aproveitamento deste momento demograficamente favorável para o estabelecimento de condições para a diminuição da vulnerabilidade social. Neste sentido o presente trabalho traz uma breve discussão sobre a vulnerabilidade social e a distribuição dos equipamentos coletivos de saúde, educação, cultura e lazer na cidade de Rio Claro de Rio Claro-SP, localizada a 173 km a noroeste da capital do Estado de São Paulo – Brasil, de forma a avaliar a dificuldade de acesso aos equipamentos comunitários como componente relacionado a vulnerabilidade social.

**Palavras Chave:** Vulnerabilidade Social; Estrutura Etária; Equipamentos Públicos.

Trabalho apresentado no V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Montevidéo, Uruguai, de 23 a 26 de outubro de 2012.

\* UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – SP- Brasil – Email: camilacanuto@nepo.unicamp.br.

\*\* DEPLAN - Departamento de Planejamento – UNESP -Universidade Estadual Paulista- Campus de Rio Claro- SP- Brasil - Email: rbraga@rc.unesp.br.

## **Introdução**

Embora o termo vulnerabilidade já venha sido utilizado historicamente em diversos estudos sociais, as análises feitas relacionadas à vulnerabilidade social datam apenas dos últimos anos, período em que se tornou mais latente a reflexão sobre as limitações dos estudos da pobreza e dos escassos resultados das políticas associadas a eles na América Latina. Tais enfoques da pobreza servem à identificação dos setores mais desprovidos da população a serem atendidos pelas políticas sociais. Abramovay (2002) aponta que a linha seguida por estas abordagens “não deram conta das complexas raízes desse fenômeno, já que se baseavam apenas no uso de indicadores de renda ou carências que delimitam a insatisfação de necessidades básicas” (ABRAMOVAY, 2002 p. 28).

A leitura da vulnerabilidade, promovida em recentes estudos urbanos (Katzman e Filgueira, 2006), converge na preocupação com as carências das populações que estão susceptíveis a um risco potencial como a pobreza e desfiliação social. Neste sentido é estudada a disposição de recursos e ativos que indivíduos ou grupos sociais movimentam para acessar as estruturas de oportunidades (CUNHA, 2006).

Os ativos designam o conjunto de recursos materiais e imateriais que os indivíduos e os lugares mobilizam no sentido de melhorar suas condições econômicas e sociais, bem como recursos empregados para evitar e diminuir a vulnerabilidade.

As estruturas de oportunidades são definidas em termos de oportunidades de acesso a bens, serviços ou atividades que incidem sobre o bem estar dos domicílios.

As mais importantes são as que surgem do funcionamento do Estado, tendo este papel primordial para a redução da vulnerabilidade social (KATZMAN, 2006). De forma que estruturas de oportunidades do Estado figuram como fontes mais significativas para a acumulação de ativos nos estratos populares urbanos, o que se manifesta através de múltiplas funções. Entre as mais importantes, a de estruturador ou vinculante. Como no caso de solicitação de assistência escolar por parte da população (KATZMAN, 1999).

Neste sentido, a luz das mudanças na estrutura etária brasileira aprofundadas, sobretudo pela queda dos níveis da fecundidade, implica em um primeiro momento em uma maior participação de pessoas em idade ativa (15 a 64 anos). Assim vivemos um período denominado “janela de oportunidades” termo defendido por Carvalho e Wong (2006) que implica em grandes desafios e só será de fato significativa desde que haja também uma

estrutura de oportunidades oriundas do Estado e dos setores privados para que ocorra o aproveitamento deste momento demograficamente favorável para o estabelecimento de condições para a diminuição da vulnerabilidade social.

### **Mudanças na Estrutura Etária**

De uma forma geral, o Brasil passou entre os anos 40 e 60 por uma significativa diminuição dos níveis de mortalidade com a manutenção de altos níveis da fecundidade. Sobretudo a partir dos anos 70 a fecundidade entra em declínio. Esta queda ocorreu de forma mais veloz do que em alguns países considerados desenvolvidos como por exemplo a Suécia que demorou cerca de seis décadas para diminuir por volta de 50 % os seus níveis de fecundidade. Assim é observado que esta queda implica num primeiro momento em uma maior participação de pessoas em idade ativa (15 e 64 anos). Segundo Carvalho e Wong (2006):

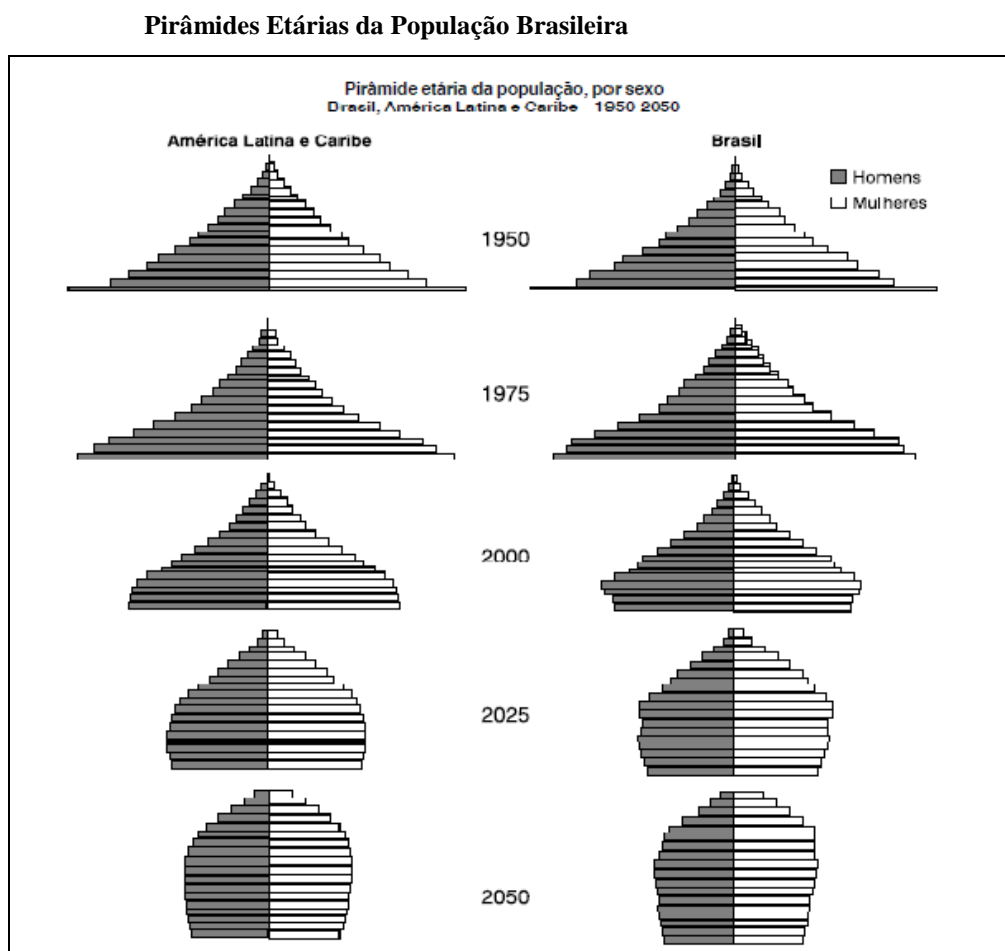
É um fenômeno que ocorre em um período de tempo no qual a estrutura etária da população apresenta menores razões de dependência (menos idosos, crianças e adolescentes) e maiores percentuais de população em idade economicamente ativa, possibilitando que as condições demográficas atuem no sentido de incrementar o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais dos cidadãos do país.

Em curto prazo, o envelhecimento relativo reduz a razão de dependência, diminuição a demanda escolar para as séries mais novas, ao mesmo tempo que determina uma procura crescente de vagas para o ensino médio e superior, bem como medidas de absorção do contingente jovem economicamente ativo.

Ao longo prazo, a queda da fecundidade levará ao envelhecimento absoluto da população, momento no qual o número de idosos de fato ultrapassará o volume de jovens. Embora esse processo já tenha sido experimentado pelos países desenvolvidos, a especificidade brasileira está na rapidez das mudanças e na maneira desigual que o declínio da fecundidade ocorre entre as diversas regiões do país (CARVALHO, WONG, 2006).

Este envelhecimento populacional é verificado a partir da observação da diminuição da participação de grupos etários menores de cinco anos onde observa-se uma redução de 15% para 11% entre 1970 e 1990. O grupo etário de 5 a 9 anos também teve um declínio de 14% para 12% com tendências a manutenção desta diminuição. Os grupos etários mais velhos também ampliaram sua participação, a população de 60 anos ou mais aumentou de 5,1 % em

1970 para 8,6 em 2000. Segundo a informações atualizadas do censo em 2006 a participação dos grupos de 60 ou mais esta em torno de 10,2. Desta forma, o formato piramidal sofre alterações (figura 01) tendendo a uma forma retangular o que é mais uma indicação do processo de envelhecimento.



(Figura 01): Pirâmide Etária da População – Brasil, América Latina e Caribe 1950 2050 - Fonte: Wong; Carvalho 2006

Observam ainda Carvalho e Wong (2006), que não se trata apenas de garantir a melhoria da qualidade de vida dessas gerações, mas de sustentação, de forma equilibrada, de toda sociedade pois caberá às novas gerações, no médio prazo, como componentes da população em idade ativa, a responsabilidade por um bom desempenho da economia, mormente do ponto de vista da produção. Conseqüentemente, dependerá, também, das atuais gerações de jovens, no médio prazo, a garantia de uma vida digna às gerações de idosos. Colocam ainda que é nesta fase que a sociedade deve se preparar através de reformas

institucionais na área da seguridade social, para conviver no futuro próximo com altas razões de dependência de idosos (CARVALHO E WONG 2006).

Em outro extremo temos a consideração da espacialização da população idosa e dos processos de envelhecimento em escala local. Neste caso temos contrastes que devem ser considerados como a contraposição entre as áreas rurais e as urbanas, entre pequenas cidades e as regiões metropolitanas e, mesmo em uma única cidade as diferenciações entre bairros e centro.

## Estudo de Caso

A cidade de Rio Claro está localizada a 173 km a noroeste da capital do Estado de São Paulo (figura 02) interligada pelas rodovias Washington Luiz (SP – 310) e Anhanguera (SP – 330).

**Localização da cidade de Rio Claro no Estado de São Paulo**



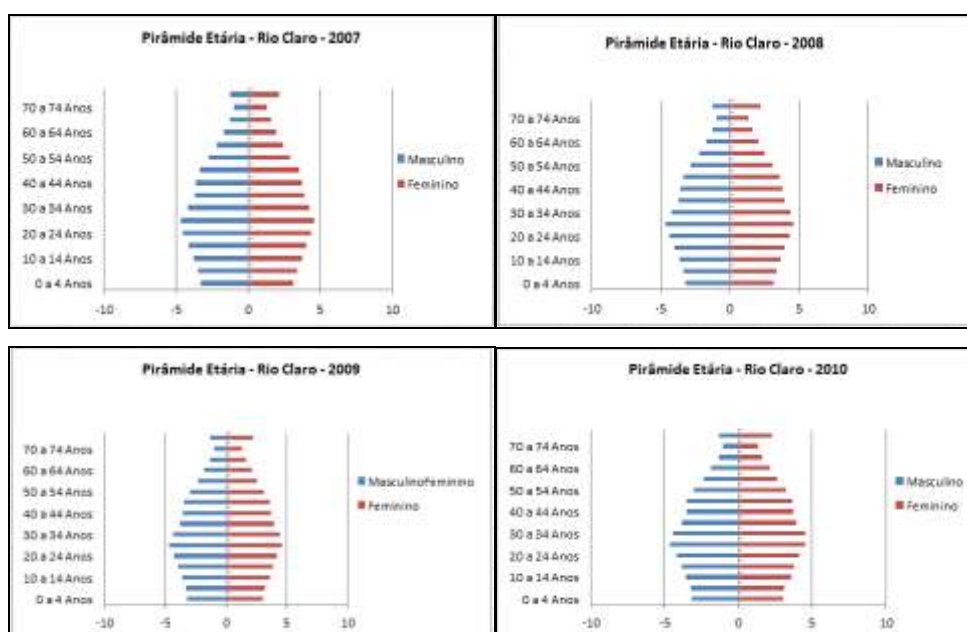
(Figura 02 ). Localização da cidade de Rio Claro no Estado de São Paulo. Des. Gilberto Henrique.  
Fonte: Departamento de Planejamento Urbano e Municipal da Universidade Estadual Paulista – 2009.

Rio Claro insere-se na porção centro-oeste do domínio geomorfológico da depressão periférica paulista. Faz limite com os municípios de Corumbataí, Araras, Santa Gertrudes, Ipeúna e Itirapina, cidades que integram a microrregião de Rio Claro. É sede da sub-região

administrativa e da micro-região. A população está estimada em 191.135 habitantes, (2007) sendo 187.065 habitantes em área urbana e 4.070 habitantes em área rural (SEADE, 2008).

A cidade apresenta crescente envelhecimento populacional, abaixo se encontram as pirâmides etárias (figura 03) de 2007 a 2010 nas quais estão evidenciadas o aumento na participação de população idosa.

### Pirâmides Etárias- Rio Claro



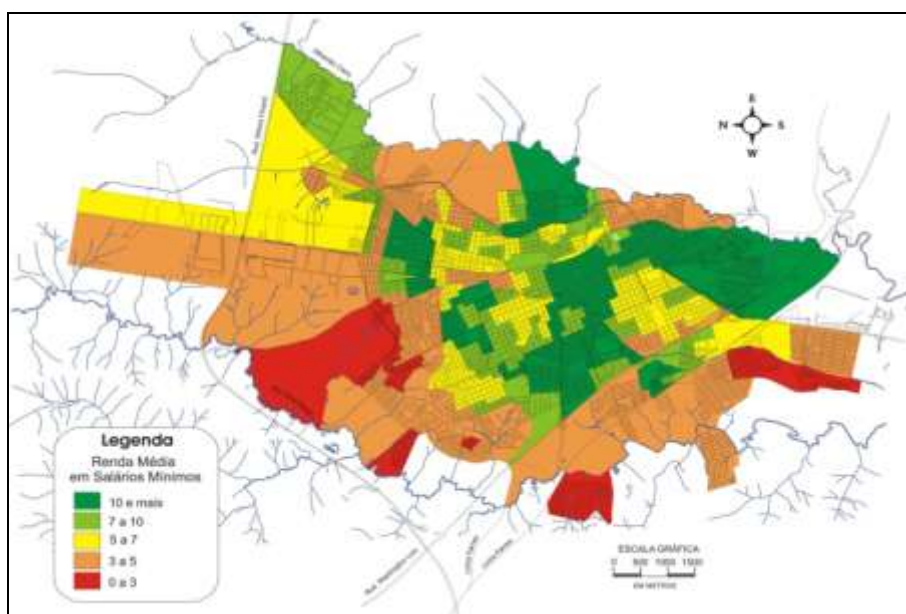
(figura 03). Pirâmides Etárias da Cidade de Rio Claro 2007 à 2010  
Fonte de dados: Fundação SEADE – ( Sistema Estadual de Análise de Dados)-2010

Dessa forma, crescimento da população idosa exigirá adaptações diversas nos equipamentos e nos serviços públicos e privados, seja para garantir mobilidade e acessibilidade a uma população, seja para garantir atendimento de saúde adequado (com ampliação do quadro de geriatras, fisioterapeutas e enfermeiros especializados na atenção à saúde do idoso, nos equipamentos de atenção básica, por exemplo), ou ainda para prover esta população em processo de envelhecimento- muitas vezes, solitária, dada a redução do tamanho das famílias – moradia adaptada e segura, isso sem falar no desafio previdenciário, na emergência de novas demandas educacionais, de cultura e de lazer (BAENINGER, 2010).

## Aspectos Econômicos e Sociais

Em relação aos indicadores sociais, Rio Claro apresenta um bom desempenho em relação as médias Estaduais. O IDH, em 2000, era de 0,825, superior ao estadual que era de 0,815, para o mesmo ano. Em 2000 a taxa de analfabetismo era de 5,1% e a de mortalidade infantil de 12,18 por mil nascidos vivos, índices também melhores do que os estaduais (6,64 e 16,97, respectivamente). Os dados, no entanto, referem-se a médias e não refletem as situações de desigualdade sócio-espacial de forma que se verifica (figura 04 ) que a disposição dos maiores níveis de renda aparecem também nas porções mais centrais. (BRAGA, 2008).

**Cidade de Rio Claro- Renda Média em Salários Mínimos**

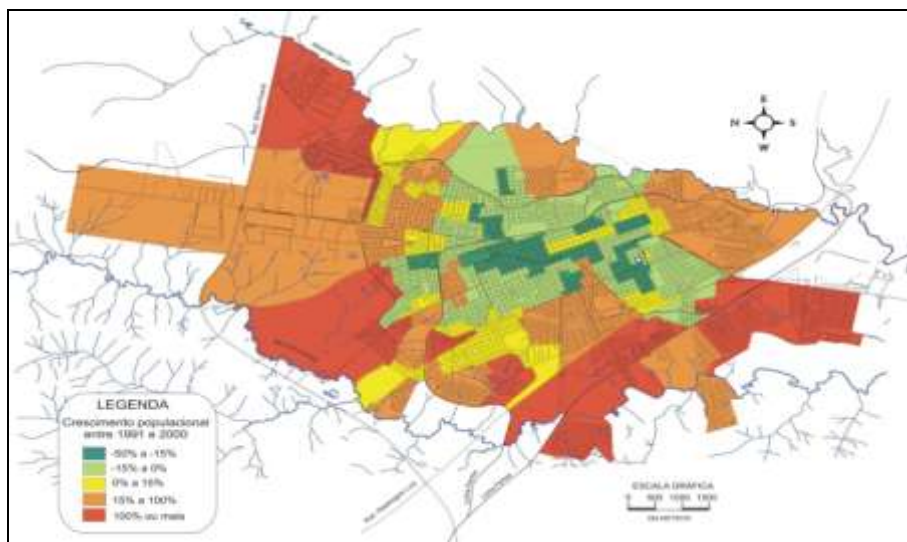


(Figura 04) Cidade de Rio Claro- Renda Média em Salários Mínimos - Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Rio Claro – IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo 2000.

A cidade de Rio Claro possui uma baixa densidade urbana. A área total abarcada pelo perímetro urbano de 7.983 hectares e uma população urbana 187.065 habitantes, apresentando uma densidade de 23,4 habitantes por hectare. Considerando apenas a área efetivamente urbanizada e as áreas periféricas, temos uma área de 4.964 hectares, resultando numa densidade de 37,7 habitantes por hectare. (BRAGA, 2008).

As áreas mais afastadas do centro também apresentam maior crescimento populacional o que pode-se inferir que as demandas dessas populações inseridas nestas localidades também são maiores (figura 05).

**Cidade de Rio Claro – SP- Crescimento Populacional**



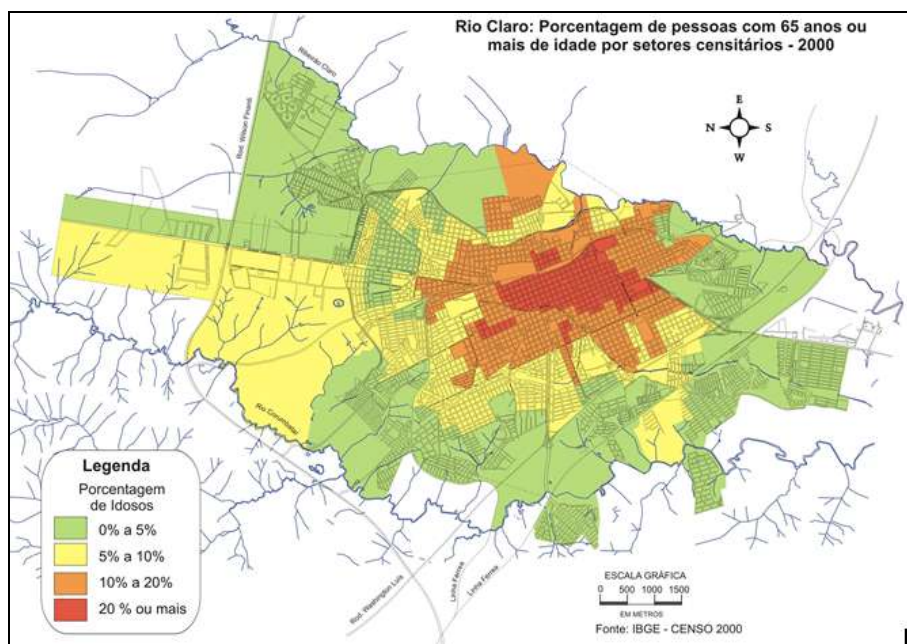
(figura 05). Cidade de Rio Claro – SP- Crescimento Populacional - Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Rio Claro- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo 2000.

### **Distribuição Espacial da Estrutura Etária**

Em Relação a estrutura etária, temos uma distribuição da população mais idosa na porção central da cidade, sendo nas porções mais periféricas (figuras 06 e 07) ocupadas por população mais jovem. Neste sentido, o acompanhamento das demandas de acordo com a ocupação dos grupos etários requer um olhar no comportamento demográfico e a distribuição espacial das populações.

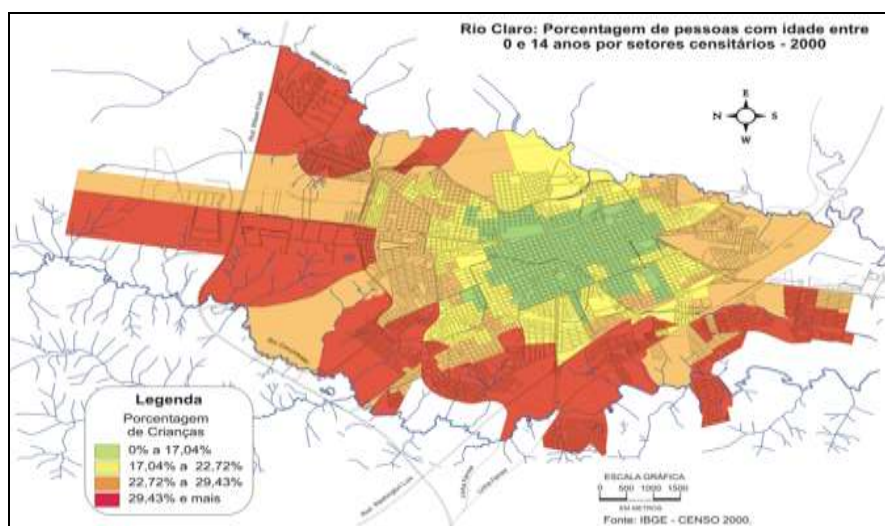


**Cidade de Rio Claro – SP- Porcentagem de pessoas com 65 anos ou mais de idade por setores censitários**



(figura 06). Cidade de Rio Claro – SP- Porcentagem de pessoas com 65 anos ou mais de idade por setores censitários – 2000. Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Rio Claro I- BGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo 2000.

**Cidade de Rio Claro – SP- Porcentagem de pessoas com idade entre 0 e 14 anos por setores censitários**



(figura 07). Cidade de Rio Claro – SP- Porcentagem de pessoas com idade entre 0 e 14 anos por setores censitários – 2000. Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Rio Claro IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo 2000.

## **Vulnerabilidade em Rio Claro**

O IPVS, Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, foi formulado pela Fundação Estadual de Análise de Dados – Seade -Brasil e consiste em uma tipologia derivada da combinação as dimensões sócio econômicas e demográficas, que classifica o setor censitário (média de 300 domicílios territorialmente contíguos, independentemente do porte populacional do município em que esteja localizado) em seis grupos de vulnerabilidade social, denominada Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). A dimensão socioeconômica compõe-se da renda apropriada pelas famílias e do poder de geração da mesma por seus membros. Já a demográfica está relacionada ao ciclo de vida familiar (SEADE, 2008).

A dimensão sócio-econômica foi medida através da renda proveniente do chefe da família e do nível de escolaridade do mesmo. Considera-se que quanto menor a renda e dificuldade em inserção no mercado de trabalho devido a baixa escolaridade, maior a situação de pobreza.

A idade do responsável da família e a presença de crianças com até 4 anos de idade mostrou a dimensão relacionada ao ciclo de vida. Acredita-se que quando a família é mais jovem e com maior número de crianças é maior a vulnerabilidade social em comparação a outra família com os mesmos recursos em outro ciclo de vida.

Desta maneira o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social possui seis grupos (tabela 1), em ordem crescente de condições de pobreza: nenhuma vulnerabilidade; vulnerabilidade muito baixa; vulnerabilidade baixa; vulnerabilidade média; vulnerabilidade alta; vulnerabilidade muito alta (SEADE, 2008).

### Construção do IPVS

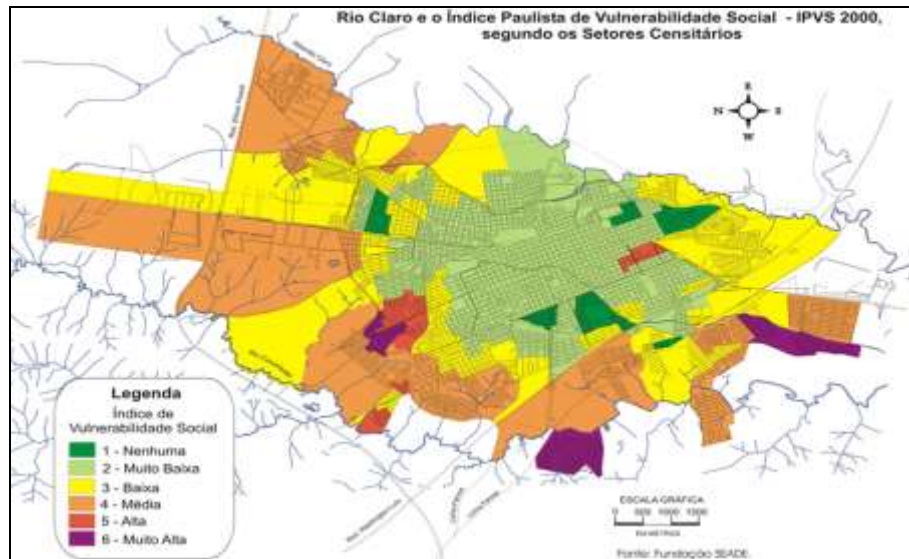
Fator 1 – Socioeconômico	Fator 2 – Ciclo de Vida das Famílias		
	Famílias Jovens (Até -0,5)	Famílias Adultas (-0,5 a 0,3)	Famílias Idosas (Maior que 0,3)
Baixo (Até -0,5)	(6) Vulnerabilidade Muito Alta	(5) Vulnerabilidade Alta	
Médio (-0,5 a 1,0)	(4) Vulnerabilidade Média	(3)	(2) Vulnerabilidade Muito Baixa
Alto (1,0 a 1,5)	Vulnerabilidade Baixa		
Muito Alto (Maior que 1,5)	(1) Não-Vulneráveis		

(Tabela 1)- Valores para a construção do IPVS- Índice Paulista de Vulnerabilidade Social- Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados- Disponível em: <http://www.seade.gov.br/projetos/ipvs/pdf/metodologia.pdf>. Acesso em 02/08/2012

Em relação as médias utilizadas para obtenção deste índice apresentasse os dados referentes as rendas médias e instrução dos responsáveis. Os responsáveis pelos domicílios auferiam, em média, R\$1.012, sendo que 39,7% ganhavam no máximo três salários mínimos. Esses responsáveis tinham, em média, 7,1 anos de estudo, 46,2% deles completaram o ensino fundamental, e 5,6% eram analfabetos. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 47 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 12,6% do total. As mulheres responsáveis pelo domicílio correspondiam a 23,2% e a parcela de crianças com menos de cinco anos equivalia a 7,7% do total da população.

Observa-se a partir do mapa da Fundação Seade (figura 08), que há maior grau de vulnerabilidade nos bairros situados após o limite representado pelas rodovias Washington Luis e pela linha férrea, onde apresentam vulnerabilidade de nível 6 considerada muito alta.

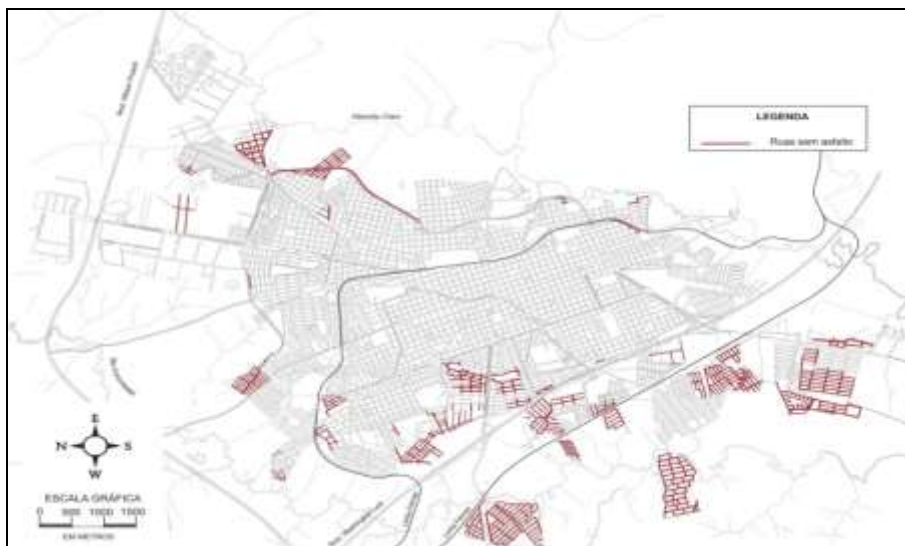
**Cidade de Rio Claro – SP- Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**



(figura 08). Cidade de Rio Claro – SP- Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade - 2009

Embora o mapa apresente as áreas consideradas mais vulneráveis coincidentes com as porções mais afastadas e subequipadas, observa-se também uma tendência de homogeneização das demais áreas. Por se tratar de uma média auferida a partir de setores censitários acabou por igualar regiões situadas no vetor nordeste. Nesta porção existe bairros de classe média e alta segregados das demais áreas constituídas por porções de menor renda.

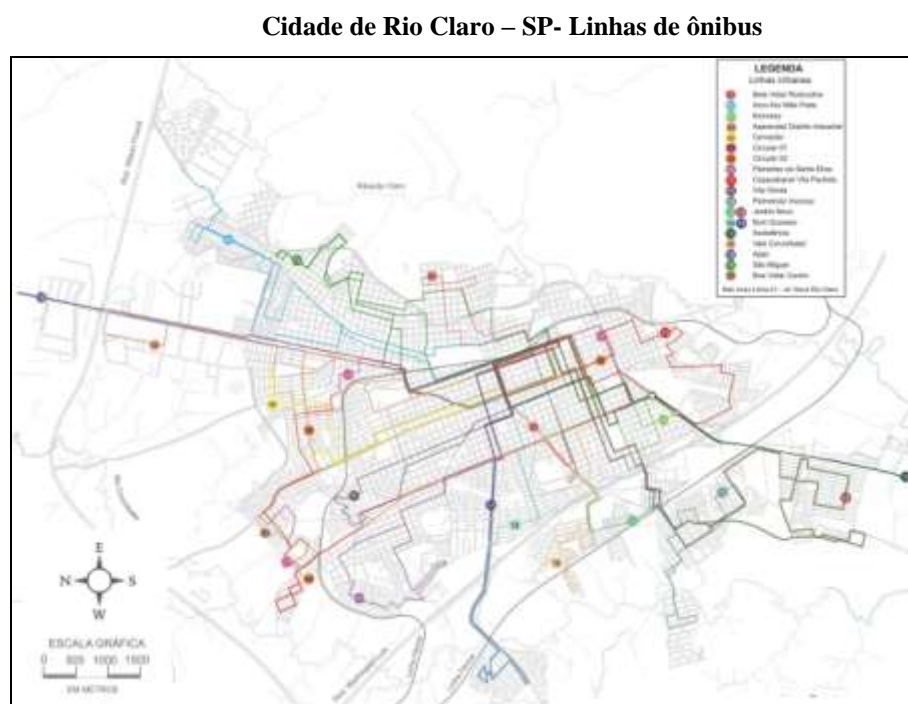
#### Cidade de Rio Claro – SP- Ruas sem Asfalto



(figura 09). Cidade de Rio Claro – SP- Ruas sem Asfalto - Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Rio Claro – 2009

Em relação ao infraestrutura de asfalto a cidade apresenta nas porções periféricas áreas de maior demanda por este serviço o que vai ampliar a desigualdade em termos espaciais em relação ao centro.

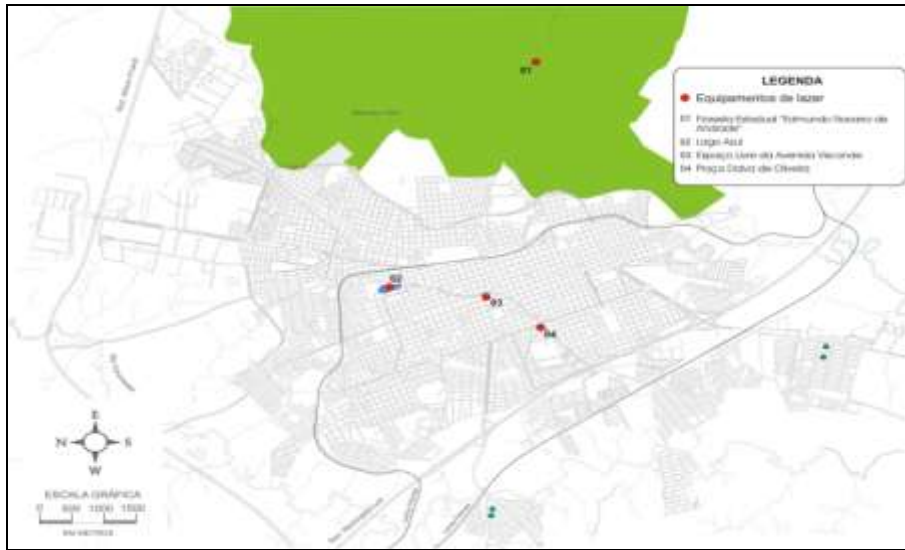
A figura 10, sobre as linhas de circulação de ônibus também corroboram a leitura de uma estruturação urbana que privilegia alguns setores da cidade. As porções localizadas sobretudo a sul são servidas por poucas linhas de ônibus o que dificulta a acessibilidade a cidade como um todo.



(figura10). Cidade de Rio Claro – SP- Linhas de ônibus - Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Rio Claro - 2009

O que se observa em relação à distribuição dos equipamentos comunitários de lazer, saúde, cultura e (figuras, 11,12,13) é uma tendência a concentração nas áreas centrais o que coloca a população localizadas nas porções mais afastadas em maiores níveis de vulnerabilidade social considerando tais equipamentos comunitários como estruturas de oportunidade.

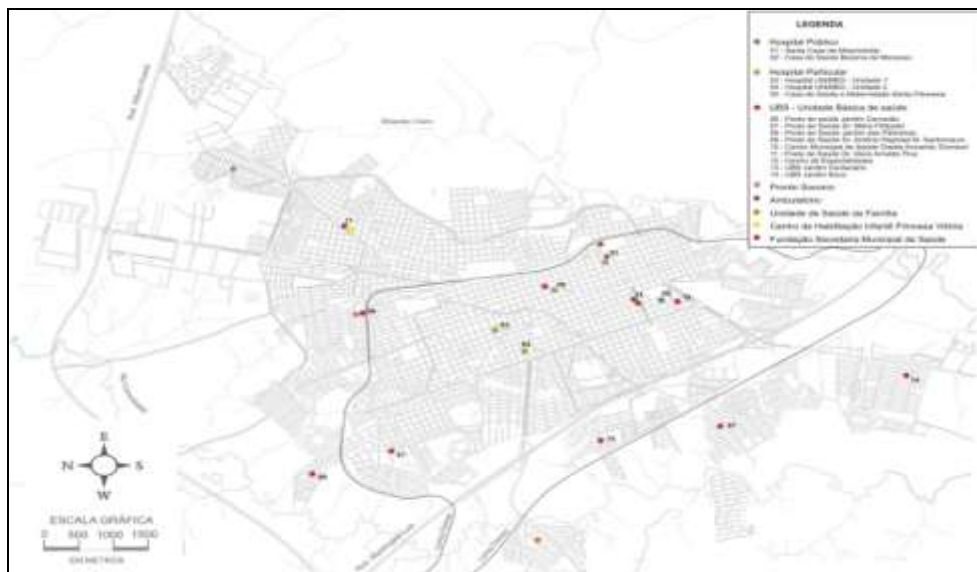
### Cidade de Rio Claro – SP- Equipamentos de Lazer



(figura 11). Cidade de Rio Claro – SP- Equipamentos de Lazer - Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Rio Claro -2009.

Em relação a distribuição dos equipamentos comunitários de saúde é a tendência a concentração nas áreas centrais o que coloca a população localizadas nas porções mais afastadas em maiores níveis de vulnerabilidade social considerando tais equipamentos comunitários como estruturas de oportunidade

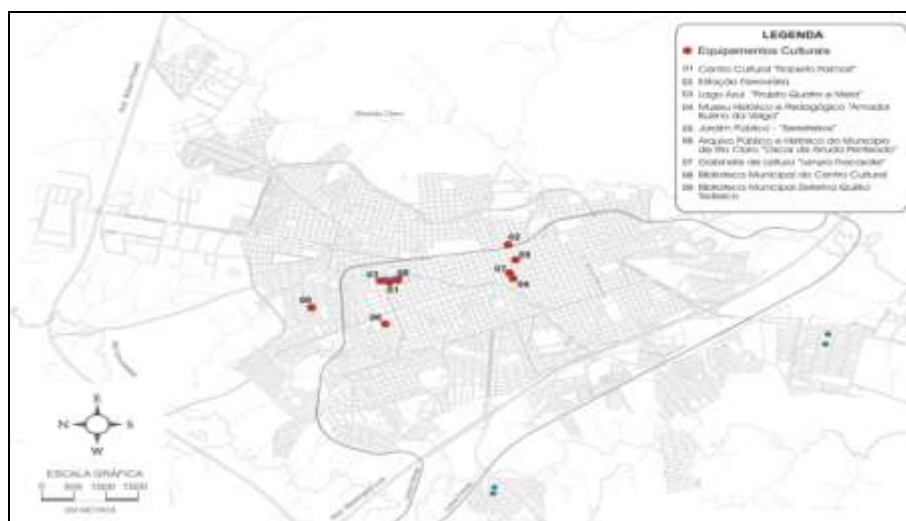
### Cidade de Rio Claro – SP- Equipamentos de Saúde



(figura 12). Cidade de Rio Claro – SP- Equipamentos de Saúde -Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Rio Claro- 2009.

Os poucos equipamentos comunitários de cultura (figura 13) existentes na cidade também estão localizados nas porções centrais. Os equipamentos comunitários de lazer e cultura seguem uma dinâmica comum das cidades brasileiras no que concerne sua distribuição espacial configurando também que na questão da acessibilidade e do uso dos equipamentos se convertem cada vez mais, em direito e privilégio das camadas sociais com maior poder aquisitivo.

**Cidade de Rio Claro – SP- Equipamentos de Cultura**



(figura 13). Cidade de Rio Claro – SP- Equipamentos de Cultura - Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Rio Claro- 2009.

Os Equipamentos de Saúde configuram como primordiais para a diminuição da vulnerabilidade social, de forma que estes não se limitam às ações de ordem médica, mas remete ao contexto histórico e geográfico, envolvendo dimensões políticas, econômicas, culturais, sociais, institucionais, educacionais, previdenciárias, locais etc. (MORAES, 1997). O contexto brasileiro de distribuição dos equipamentos comunitários de saúde seguem uma hierarquização em relação à complexidade dos atendimentos que deveria promover uma equidade ao acesso das populações que solicitam o serviço de saúde.

Assim como interfere na qualidade de vida, a distribuição dos equipamentos de educação interfere na qualidade de ensino. Mesmo considerando os investimentos na expansão de vagas a configuração espacial da distribuição dos equipamentos de educação tende a refletir as dicotomias econômico–sociais. Segundo Pizzolato et al, (2004, p.112):

Um dos importantes problemas que afeta a rede escolar é a sua distribuição espacial, após várias décadas de expansão populacional, de migração

desordenada, de intensa urbanização, de favelização explosiva e outras fraturas demográficas. Uma consequência desse crescimento populacional explosivo nos grandes centros, e em suas respectivas regiões metropolitanas, foi à inépcia do poder público em acompanhar adequadamente a demanda ampliada e mutante.

O estudo da localização das escolas e a subsequente investigação de condições mais favoráveis da distribuição espacial da rede alicerçam-se na busca de uma redução da vulnerabilidade a que grupos populacionais de baixa renda estão sujeitos. Sobretudo no que concerne ao acesso aos serviços e equipamentos comunitários de educação, bem como os de lazer e cultura.

Dessa forma de acordo com Melo (2002), não podemos considerar que exista uma rígida hierarquia das necessidades humanas, de forma que sejam resolvidos os problemas seguindo uma ordem estabelecida. Como, primeiro resolver os problemas, da saúde, da educação e por último do lazer ou da cultura. Eles estão de certa forma articulados e, sobretudo as questões sobre dificuldade de acessar os equipamentos qualificados em prover assistência dos referidos tornam-se latentes. Assim, Melo (2002, p. 9) coloca questões e observações referentes a distribuição de equipamentos de lazer nas cidades brasileiras e chama atenção para um tipo de lazer auferido pela indústria cultural:

Poderíamos afirmar que existem poucos equipamentos de lazer distribuídos pelas cidades brasileiras? Ou seria melhor dizer que os equipamentos que existem muitas vezes são mal aproveitados? Ou ainda que o problema maior é a própria distribuição interna de tais equipamentos pelos bairros e distritos de cada cidade? Existem sim poucos equipamentos de lazer distribuídos pelas cidades. Por exemplo, somente 7% dos municípios possuem cinemas, menos de 10% dos municípios do país. Mais ainda, 68% das cidades brasileiras não dispõem de teatros. Contudo, 98% das cidades pegam o sinal de um dos canais de televisão mais conhecidos.

Os equipamentos comunitários de lazer e cultura seguem uma dinâmica comum no que concerne sua distribuição espacial configurando também que na questão do acesso e do uso dos equipamentos se convertem cada vez mais, em direito e privilégio das camadas sociais com maior poder aquisitivo.

## **Conclusão**

Embora a cidade de Rio Claro apresente bons índices em relação aos indicadores sociais a espacialização dos equipamentos comunitários urbanos confere a cidade disparidades em termos de acessibilidade da população aos mesmos, sobretudo a população que se encontra



nas porções periféricas da cidade. Conclui-se que os padrões de localização e distribuição dos equipamentos comunitários de saúde, educação, cultura e Lazer em Rio Claro operam no sentido do aumento da vulnerabilidade da população periférica, na medida em que se dificulta o acesso a tais estruturas de oportunidade.

Neste contexto de desigual distribuição entre recursos e necessidades cabe aos gestores e planejadores considerar a composição, o comportamento e as características das populações alvo, no intuito de desenhar políticas que estejam de acordo com tais demandas.

Aponta-se a partir desta breve avaliação que o processo de urbanização que cada vez mais se amplia e acentua desigualdades econômicas e espaciais denotando que um dos grandes desafios do mundo neste novo milênio está centrado na promoção de um direito universal ainda não atingido plenamente: os meios de construção de cidades socialmente e territorialmente mais justas.

### **Referências Bibliográficas:**

ABRAMOVAY, M. **Juventude, Violência E Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas.** Brasília: Unesco, Bid, 2002.

BAENINGER, R **Populações e Cidades:** subsídios para o planejamento e para as políticas sociais Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/ Unicamp 2010.

BRAGA Estrutura urbana e Sustentabilidade Ambiental em Cidades de Porte Médio: Uma Análise da Cidade de Rio Claro – **III Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável** – Pluris, Santos 2008.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) **Cidades** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 10/03/08.

CARVALHO J. A. WONG L. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas **Revista Brasileira de Estudos de População.** São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.

CUNHA, J. M. P. Um Sentido para a Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles Paulistas **Revista Brasileira de Estudos Da População**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 343-347, jul./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/ Unicamp, 2006.

DUARTE, S. **Bairros mais ricos de SP têm até quatro vezes mais investimento que os mais pobres, diz estudo**. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/.jhtm>> Acesso em 24 abril 08.

KAZTMAN R.; FILGUEIRA F. As Normas como o Bem Público e Privado: Reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (Aveo) – in CUNHA, J. M. P. (Org.) **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/ Unicamp, 2006.

KAZTMAN, R. **Activos y Estructuras de Oportunidades: estudios sobre las raíces de La vulnerabilidad social em Uruguay**. Santiago de Chile: editora, 1999.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Documentos 1969.

\_\_\_\_\_. **A Produção do Espaço**. Paris: Armand Colin, 1974.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARQUES, E. C. Equipamentos de saneamento e desigualdades no espaço metropolitano do Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Públ.** Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 181-193, abr-jun, 1996.

MELO, V. **Manual para Otimização da Utilização de Equipamentos de Lazer**. Rio de Janeiro Serviço Social do Comércio 2002.

RAMÍREZ, L. M. ¿Donde Localizar Hospitales Públicos? Las Nuevas Tecnologías -SIG- Como Herramientas de Apoyo a La Planificación Territorial. Un caso de estudio aplicado a la Provincia del Chaco. Argentina: **Revista Série Geográfica** p.121 – 130 N°. 10. 2002.

SEADE Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - **Municípios**. São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento Governo do Estado de São Paulo, 2008.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

\_\_\_\_\_. A Segregação Urbana: Ou a Justiça no injusto espaço urbano **Revista Brasileira de Ciências Criminais** ano 11, nº 44, julho/setembro 2003.